

# Falta dinheiro, alerta governo

## Demora do Congresso em votar liberação de Cr\$ 2,54 trilhões pode atingir aposentados

BRASÍLIA — A demora do Congresso Nacional em aprovar a suplementação orçamentária de Cr\$ 2,54 trilhões vem esvaziando o caixa de todas as áreas do governo federal, advertiu ontem o diretor de Orçamento e Finanças do Ministério da Economia, Cláudio Forghieri. "A União está parando", alertou. A falta de recursos comprometerá o pagamento dos benefícios a aposentados e pensionistas já no dia 5. "Não há dinheiro para nada", disse Forghieri. Segundo o consultor-geral da República, Célio Silva, a falta de dinheiro da União caracteriza estado de calamidade pública, um dos três casos de alteração do orçamento, além de guerra e comoção interna, previstos na Constituição como justificativa para a edição de medida provisória.

O presidente da República em exercício Itamar Franco, através de seu assessor Emerson Souza, desmentiu a informação dada pelo presidente em exercício do Congresso, senador Mendes Canale (PSDB-MS), de que não assinaria a medida provisória autorizada a suplementação orçamentária. O assessor de imprensa de Itamar Franco negou também qualquer ordem

do presidente Fernando Collor, em viagem no Exterior, para que o vice assinasse a medida.

O diretor do Orçamento e Finanças do Ministério da Economia esclareceu que, da suplementação pretendida pelo governo, cerca de Cr\$ 1 trilhão se destinaria ao pagamento de dívidas da União vencidas e verbas para manutenção de estradas e programas sociais, como o do leite. Outros Cr\$ 516 bilhões, disse Cláudio Forghieri, serão empregados na segurança, na manutenção e no funcionamento da máquina governamental. Só para o pagamento de benefícios a aposentados e

~~pensionistas da Previdência~~ estão previstos Cr\$ 338 bilhões na suplementação.

A falta de dinheiro ultrapassa os limites dos ministérios. O próprio Congresso não dispõe de verba para as quatro passagens mensais ida-e-volta a que os parlamentares têm direito para visitar seu Estado de origem. Os telefones dos gabinetes têm sido cortados, e até o cafezinho entrou no rationamento.

A confusão sobre a aprovação da complementação orçamentária contou com a ajuda do próprio governo. O Executivo deixou de cumprir a lei orçamentária do governo anterior, que determina a atualização mensal dos recursos pela unidade de referência orçamentária (URO), a correção, conforme a lei, deveria

ser feita pelo índice que fosse menor, o da inflação ou o que corrige a receita da União.

"A URO é um indexador, e se desindexamos a economia não temos como mantê-la", justificou o ministro interino da Economia, Eduardo Teixeira. Além disso, segundo ele, o Executivo faz restrições ao orçamento original, elaborado ainda durante o governo Sarney, que não permite a distribuição dos recursos como o governo Collor quer. No projeto enviado ao Congresso, o Executivo propôs o fim da URO.